

AVALIAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA².

*Dilvo I. Ristoff, et al.*³

A implantação dos sub-projetos deverá levar os cursos e a instituição a, antes de mais nada, conhecer-se, submetendo-se, após, à Avaliação Externa. As principais etapas que acreditamos devam ser seguidas na Universidade Federal de Santa Catarina são:

Etapa 1 - Avaliação interna ou auto-avaliação institucional. A instituição deverá organizar, analisar, descrever, interpretar e avaliar os dados a partir das fontes de informação que já possui (planos departamentais, projetos, resoluções) e outros que vier a instituir (seminários, fóruns, consultas à comunidade externa, avaliação dos docentes pelos discentes, questionários aplicados a egressos, etc.) tendo sempre em vista os objetivos a que se propõe como Universidade. Os objetivos esperados a partir desta autoavaliação são de que a instituição:

- a) perceba quais são os seus pontos fortes e fracos;
- b) perceba com clareza a direção que pretende seguir no futuro e suas implicações;
- c) reavalie as metas até então estabelecidas e entenda por que algumas puderam ser alcançadas e outras não;
- d) estude a sua eficácia enquanto instituição educacional de ensino, pesquisa e extensão;
- e) passe a planejar o seu futuro a partir de uma análise minuciosa do ambiente interno e externo e de suas potencialidades reais;

f) sistematize e reveja as suas políticas, suas práticas e procedimentos acadêmicos e administrativos e

g) firme, junto com a comunidade universitária, os valores que devem nortear a instituição como um todo.

Etapa 2 - Elaboração de documento-síntese a partir de um roteiro nacional de indicadores de qualidade. Este documento-síntese será elaborado em conjunto com a comunidade universitária e deverá descrever e avaliar todo o potencial do curso e da instituição, inclusive questões como:

- a) processo de seleção do corpo docente;
- b) sistema de progressão na carreira;
- c) política para o desenvolvimento de pesquisa;
- d) o corpo técnico-administrativo;
- e) qualidade dos recursos materiais, etc.

Etapa 3 - Entrega do documento-síntese a uma comissão externa a ser indicada pelo MEC e UFSC, e cujos objetivos, ao analisá-lo, são:

- a) observar se o mesmo explicita a natureza da instituição;
- b) verificar se foi elaborado segundo o roteiro de indicadores;

² Texto extraído do Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. Originalmente apresentado ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (abril de 1993), como contribuição da UFSC à discussão então em andamento.

³ Participaram da equipe de elaboração do Projeto: Dilvo I. Ristoff (presidente da Comissão de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina), Eliane Braga Machado, Maria Conceição Cordeiro Manhães, Mércles Thadeu Moretti, Natália Lobar Cancelier, Nelcy Dabrowsky de Araujo Mendonça e Vera Lúcia Bazzo.

- c) verificar se aprofunda os diversos aspectos da instituição e se realmente é analítico-interpretativo e não apenas descritivo;
- d) verificar se enfatiza os pontos fortes e fracos da instituição e aponta para novos rumos a serem seguidos e novas ações a serem desenvolvidas para atingir os objetivos propostos;
- e) preparar visita à instituição para discutir as questões levantadas.

Etapa 4 - Visita à UFSC pela Comissão de Avaliação Externa. O objetivo é conhecer as condições que deram origem ao documento-síntese e poder, assim, melhor avaliar o curso.

Etapa 5 - Recomendações da Comissão de Avaliação Externa. Após ler o documento síntese, a Comissão deverá fazer recomendações à UFSC sobre ações possíveis e necessárias para a correção de rumo e aperfeiçoamento do curso. A partir destas recomendações que deverão, na medida do possível, ser observadas, reinicia-se o processo de avaliação.

INDICADORES DE QUALIDADE: PROPOSTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA⁴

Entendemos que a avaliação interna deve ser permanente e orientada a partir de um roteiro de indicadores nacionalmente estabelecido. Estes indicadores deverão ser utilizados pelas Instituições de Ensino Superior para descrever, analisar, interpretar e avaliar a sua realidade, as suas dificuldades e potencialidades, gerando um documento- síntese. Este será submetido à comunidade universitária e à comissão de avaliação externa em intervalos a serem determinados. Os indicadores, por se tratarem de indicadores de qualidade, devem refletir aspectos qualitativos e não apenas quantitativos. A seguir estão apresentados, como sugestão, os indicadores que fazem parte da metodologia comum de avaliação a ser seguida pela UFSC.

Sobre a identidade institucional

Uma universidade deve definir-se como uma instituição voltada à livre produção e à disseminação do saber. Para que esta identidade universitária possa ser assegurada é preciso que a instituição possua algumas salvaguardas mínimas que a avaliação deve contemplar. Referimo-nos a questões como:

- objetivos institucionais claros e amplamente divulgados;
- garantias expressas de liberdade acadêmica;
- comunicação honesta e freqüente com a comunidade;
- planejamento participativo e adequado para atingir os objetivos da instituição;
- projetos de avaliação permanente;

— políticas definidas para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Sobre a estrutura: os conselhos superiores e a administração central

Os papéis dos conselhos superiores e da administração superior precisam estar claramente definidos, pois são fundamentais para o bom funcionamento de uma instituição de ensino superior, que se pretenda democrática e comprometida com a produção e disseminação do saber. Neste sentido é de se esperar que estes órgãos:

- a) estejam adequadamente articulados com as diferentes instancias de poder;
- b) estabeleçam políticas gerais para a instituição;
- c) zelem pela integridade institucional, protegendo os seus membros de pressões externas que firam os valores acadêmicos;
- d) mantenham a estabilidade e a continuidade dos programas institucionais;
- e) tenham composição adequada e representativa dos diversos segmentos;
- f) tenham participação da sociedade civil organizada;
- g) sejam democraticamente constituídos.

Sobre a infra-estrutura

A existência de bons serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão é, evidentemente, fundamental para que estas atividades se desenvolvam com graus aceitáveis de qualidade. Por isso, entendemos que os se-

⁴ Anexo II do Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina.

guintes itens podem auxiliar na indicação da qualidade dos serviços da instituição:

- a) existência de um sistema centralizado de informações;
- b) disponibilidade de serviços de informática (software e hardware);
- c) condições de trabalho (salas de aula confortáveis e bem equipadas, salas para professores adequadas ao trabalho que desempenham, recursos didáticos, manutenção e atualização do patrimônio, entre outros);
- d) biblioteca: disponibilidade, quantidade, qualidade e atualidade do acervo, espaço adequado ao estudo, horários de atendimento compatíveis com a organização da vida no campus, etc;
- e) laboratórios—quantidade e qualidade.

Sobre o corpo docente

Para que uma instituição de ensino superior possa bem desempenhar as suas funções, há necessidade de que o seu quadro docente seja adequado, tanto na sua qualificação, como na sua dimensão. Neste sentido, entendemos que os aspectos abaixo, todos facilmente observáveis e descritíveis, podem ser tomados como eficientes indicadores de qualidade:

- a) regime de trabalho dos professores;
- b) qualificação acadêmica (distribuição do corpo docente por titulação);
- c) horas de ensino, pesquisa, extensão e administração por professor e critérios para alocação das mesmas;
- d) esforço institucional para a formação pedagógica do corpo docente;
- e) produtividade do corpo docente (trabalhos publicados, teses orientadas e defendidas, participação em congressos, seminários, simpósios, etc.);
- f) critérios de seleção e progressão do corpo docente;
- g) relação professor/aluno por disciplina;
- h) capacitação do professor para a disciplina;
- i) engajamento do corpo docente em linhas de pesquisa claramente definidas pela instituição;
- j) avaliação do desempenho docente pelos alunos;
- k) índices de aprovação e reprovação dos alunos;
- l) percentual de professores substitutos;
- m) políticas para a formação pedagógica de professores e alunos de pós-graduação;
- n) critérios bem definidos para a distribuição da carga horária.

Sobre o corpo técnico-administrativo

O corpo técnico-administrativo, da mesma forma que o corpo docente, deve ser adequado, em dimensão e qualidade, aos objetivos a que se propõe a instituição. Neste sentido, entendemos que devam ser observados aspectos, tais como:

- a) política de progressão e qualificação dos servidores e sua adequação aos objetivos expressos;
- b) política de seleção e sua compatibilidade com as necessidades da instituição;
- c) regras do processo de seleção e recrutamento;
- d) disponibilidade de pessoal qualificado para atendimento à comunidade acadêmica.

Sobre o corpo discente

O grau de satisfação do corpo discente pode constituir-se em um importante indicador de qualidade. Esta satisfação tende a estar associada à vida universitária como um todo: ao respeito, ao direito do estudante de ser ouvido, de ser informado, de escolher, de sentir-se seguro, ao tratamento dado pela instituição aos seus pleitos, aos valores universitários cultivados pela instituição. Neste sentido, entendemos que os aspectos abaixo poderiam operar como indicadores importantes da qualidade do ensino e da vida da instituição:

- a) existência de programas que estimulem a participação do aluno no processo de aprendizagem;
- b) participação do aluno em atividades de pesquisa;
- c) participação dos alunos nos processos de avaliação dos cursos;
- d) participação dos alunos em diretórios acadêmicos, segundo política institucional claramente definida e respeitada;
- e) participação efetiva dos alunos nos órgãos colegiados da instituição;
- f) existência de política clara sobre direitos e deveres dos alunos;
- g) política de envolvimento de alunos em programas de monitoria;
- h) condições de saúde, lazer, alimentação, moradia;
- i) política de apoio à participação discente em eventos científicos, culturais e artísticos;
- j) índices de utilização da biblioteca;
- k) programas de recepção e orientação aos alunos calouros.

Sobre cursos, currículos e programas

Os cursos visam à formação do profissional e do cidadão. Os currículos e programas são a espinha dorsal dessa formação; sua rigidez, flexibilidade, atualidade e relação com as necessidades regionais e nacionais podem indicar graus diferenciados de qualidade. Entendemos que uma análise deste ítem poderia contemplar questões como:

- a) demanda por vagas no vestibular;
- b) vestibular transparente e confiável;
- c) taxa de emprego para os graduados;
- d) tempo médio para integralizar o curso;
- e) custo por aluno;
- f) atualidade do currículo;
- g) política de orientação acadêmica;
- h) relação do currículo do curso com o profissional pretendido;
- i) política e oportunidades de estágio;
- j) grau de especialização das disciplinas;
- k) articulação vertical e horizontal dos currículos;
- l) compromisso do curso com a formação do cidadão;
- m) número de egressos;
- n) política de participação dos egressos na avaliação de cursos currículos e programas;
- o) participação da comunidade externa na avaliação do profissional formado pelo curso;
- p) existência de política de jubramento claramente definida.

Sobre as atividades administrativas

Para o bom andamento das atividades-fim de uma instituição de ensino superior é preciso que as atividades administrativas tenham uma estruturação mínima compatível com a natureza do seu trabalho. Entendemos que os seguintes aspectos devam ser considerados quando da definição de indicadores de qualidade:

- a) administração acadêmica voltada aos objetivos da instituição;

- b) grau de participação docente nas funções administrativas da instituição;

- c) frequência e agilidade na comunicação com a comunidade universitária;

- d) política de treinamento de servidores para o exercício das várias atividades;

- e) preocupação institucional com o planejamento e envolvimento dos vários setores;

- f) guarda de documentos com segurança e privacidade;

- g) políticas de incentivos e de progressão funcional;

- h) existência de avaliação sistemática.

Sobre a pós-graduação e a relação com a graduação

Uma instituição que prega a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão precisa de uma política que promova a articulação entre a graduação e a pós-graduação. Os indicadores adotados pela CAPES para a avaliação dos programas de pós-graduação, embora excelentes sob muitos aspectos, são insuficientes para avaliar esta necessária articulação. Entendemos pois que aos indicadores da CAPES deveriam ser acrescentados outros, tais como:

- a) percentual de participação do corpo docente da pós-graduação atuante na graduação;

- b) forma de composição dos colegiados de departamentos e de programas de pós-graduação e articulação destes colegiados;

- c) envolvimento de professores atuantes na pós-graduação em programas de iniciação à pesquisa;

- d) participação dos colegiados de departamento na definição de linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação.

- e) participação de alunos da graduação em atividades da pós-graduação.

- f) participação de alunos de pós-graduação em atividades de ensino na graduação;

- g) política institucional de envolvimento de professores em atividades tanto de graduação como de pós-graduação.